



PROCESSO	527319/2021
ASSUNTO	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA COM TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL INIBITÓRIA
REQUERENTE	ESTADO DE MATO GROSSO
REQUERIDO	MUNICÍPIO DE CUIABÁ
RELATOR	CONSELHEIRO VALTER ALBANO

RELATÓRIO

- 1 Trago à apreciação deste Plenário, dois julgamentos singulares que deferiram tutela de urgência (JS 001/VAS/2024 e JS 089/VAS/2024) e um Agravo Interno interposto contra um desses julgamentos.
- 2 Em ambos os julgamentos, reafirmei a competência deste Tribunal para expedição de tutelas de urgência e cautelares, e a possibilidade de sua adoção no início ou no curso de qualquer procedimento fiscalizatório.
- 3 O primeiro julgamento singular a ser homologado trata de pedido de tutela de urgência incidental inibitória requerida pelo Governo do Estado de Mato Grosso em desfavor do Município de Cuiabá, sob as alegações de que o Prefeito Emanuel Pinheiro está obstaculizando o andamento das obras de implantação do BRT em Cuiabá, fazendo ameaças e demonstrando sérias intenções de inviabilizar as referidas obras.
- 4 Por meio do **JS 001/VAS/2024** (doc. Digital 404596/2024), deferi a tutela pleiteada para determinar que o Município de Cuiabá se abstenha de praticar qualquer medida que dificulte ou impeça as obras referentes a implantação do BRT na Capital mato-grossense, em observância ao Acórdão 10/2023-PV e ao julgamento singular 570/SR/2023, sob pena de responsabilização, e ao Governo do Estado de Mato Grosso, que adote as medidas necessárias para garantir a segurança das empresas executoras da obra, de modo a evitar eventuais obstáculos de iniciativa do município.
- 5 O segundo julgamento singular a ser homologado trata de medidas cautelares inibitórias e aplicação multas, protocolado pelo Estado de Mato Grosso em desfavor do Prefeito de Cuiabá e Secretários Municipais de Mobilidade Urbana, de Ordem Pública e Meio Ambiente, e de Desenvolvimento Sustentável, em razão do descumprimento do Julgamento Singular 001/VAS/2024, visto que continuam obstaculizando o andamento das obras de implantação do BRT em Cuiabá, exigindo apresentação de contrato,





licenças e autorizações previstas nas leis municipais para continuidade das obras do BRT em Cuiabá.

- 6 Por meio do **JS 089/VAS/2024** (doc. Digital 416736/2024), deferi as medidas de urgência **para determinar ao Município de Cuiabá, que cumpra e faça cumprir integral e imediatamente as deliberações deste Tribunal de Contas, em especial o Acórdão 10/2023 e os Julgamentos Singulares 001/VAS/2024 e 570/SR/2023, e este julgamento singular, e se abstenha de criar obstáculos à implantação do projeto BRT pela ausência de licenças, autorizações e alvarás municipais, bem como, com exigências de qualquer natureza previstas em legislação restrita ao Município de Cuiabá**, sob pena de aplicação da multa pelo descumprimento das decisões deste Tribunal de Contas e eventual reincidência, e multa diária individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao Prefeito e aos referidos Secretários Municipais, em decorrência de exigências infundadas ou entraves por eles praticados e pelo descumprimento do Julgamento Singular 001/VAS/2024, sem prejuízo das demais formas de responsabilização, inclusive de reparação de danos eventualmente causados e de adoção de outras medidas necessárias ao cumprimento desta decisão, inclusive policial, se for o caso.
- 7 Já o **Agravo Interno** (doc. Digital 405882/2027) foi interposto pelo Prefeito de Cuiabá, Sr. Emanuel Pinheiro, em face do Julgamento Singular 001/VAS/20242, cujo teor concedeu a tutela provisória de urgência incidental inibitória pleiteada pelo Governo do Estado de Mato Grosso.
- 8 Visando sanar suposta omissão e obscuridade, o agravante opôs embargos declaratórios em face da referida decisão, o qual teve provimento negado por meio do Julgamento Singular 007/WJT/20243 (doc. Digital 404973/2024).
- 9 Inconformado o recorrente pretende com o **recurso de agravo**, preliminarmente, a suspensão dos efeitos da decisão e, no mérito, que seja reformado julgamento singular que autorizou o início das obras do modal BRT, alegando que o Município não descumpriu decisões deste Tribunal e que a continuidade das obras depende da expedição de alvarás e licenciamentos exigidos pela legislação municipal vigente.
- 10 O recurso foi admitido e o pedido de suspensão dos efeitos do JS 001/VAS/2024 foi negado pelo Conselheiro Guilherme Antonio Maluf, conforme Decisão 008/GAM/2024 (doc. Digital 405987/2024), no período de plantão de final de ano deste Tribunal.
- 11 Instado a se Manifestar, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 293/2024 (doc. Digital 418576/2024), do Procurador Geral de Contas, Alisson Carvalho de Alencar





opinou no sentido de conhecer do recurso, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, e no mérito, pelo não provimento do Agravo Interno, mantendo-se inalterados os termos do Julgamento Singular 001/VAS/2024.

- 12 Opinou, ainda, pela homologação das tutelas provisórias de urgência deferidas por meio do Julgamento Singular 001/VAS/2024 e do Julgamento Singular 089/VAS/2024.

Esse é o relatório.

